
MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA¹

MARXISMO, EDUCACIÓN Y EMANCIPACIÓN HUMANA

MARXISM, EDUCATION AND HUMAN EMANCIPATION

Elza Margarida de Mendonça Peixoto²

Resumo: O artigo recupera no marxismo, (a) o método para a apreensão das condições objetivas para a produção da noção de liberdade em diferentes conjunturas históricas; (b) a concepção de emancipação que vai ser construída no estágio de desenvolvimento das forças produtivas e dessa relações de produção próprias do capitalismo como modo de produção. Neste processo, recupera-se a noção de emancipação como projeto histórico possível com o fim da sociedade de classes, quando os homens atingem o reino da liberdade para autodeterminar-se conforme suas necessidades. Estabelecido um horizonte, retoma-se o papel dos professores como intelectuais orgânicos que atuam alinhados à classe trabalhadora como classe para si, por dentro da escola capitalista, resistindo e garantindo à classe trabalhadora o acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade, enfocados na perspectiva histórica e crítica.

Palavras Chave: marxismo; modo de produção; emancipação; educação.

Resumen: El artículo rescata en el marxismo, (a) el método para la aprehensión de las condiciones objetivas para la producción de la noción de libertad en diferentes coyunturas históricas, (b) la idea [la concepción] [el diseño] de la emancipación, que se construirá en la etapa de desarrollo de las fuerzas productivas y estas relaciones de producción características del capitalismo como modo de producción. En este proceso, se recupera el concepto [la noción] de la emancipación como proyecto histórico posible con el fin de la sociedad de clases, cuando los hombres alcanzan el campo [el reino] de la libertad a la autodeterminación de acuerdo a sus necesidades. Establecido un horizonte, retoma el papel de los profesores como intelectuales orgánicos que trabajan emparejados con a la clase obrera como clase para sí, dentro de la escuela capitalista, resistiendo y asegurando a la clase obrera el acceso a conocimientos acumulados por la humanidad centrados en la perspectiva histórica y crítica.

Palabras clave: marxismo; modo de producción; emancipación; educación.

Abstract: The article recovers in Marxism, (a) the method for the apprehension of the objective conditions for the production of the notion of freedom at different historical conjunctures, (b) the conception of emancipation that will be built in the stage of development of the productive forces and these relations of production in capitalism as a mode of production. In this process, is recovered the notion of emancipation as a possible historical project with the end of class society, when men reach the realm of freedom for self-determination according to your needs. Established a horizon, resumes the role of teachers as organic intellectuals who work aligned to the working class as a class for itself, inside the capitalist school, resisting and ensuring to the working class the access to knowledge accumulated by humanity, focused on the historical and critical perspective.

Keywords: marxism; mode of production; emancipation; education.

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si

mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. (MARX, 1859).

Precisando o problema para a teoria marxista

Do que falamos quando falamos em emancipação? Nos dicionários da língua portuguesa e de filosofia, emancipação é definida como ação ou efeito de emancipar-se, alforria, libertação. Um indivíduo emancipado, é um indivíduo que é senhor dos seus próprios atos, de sua própria pessoa (FERREIRA, 1986, p. 628). O *Dicionário de Filosofia* de Abagnano não traz o verbete “emancipação”, mas apenas o verbete “liberdade”. Neste verbete, o autor explicita três sentidos para a noção de liberdade, presentes no debate clássico: (1) liberdade como autodeterminação ou auto-causalidade, segundo a qual a liberdade é ausência de condições e de limites; (2) a liberdade como necessidade, que se baseia no conceito anterior, mas atribuindo-a à totalidade a que o homem pertence; (3) a liberdade como possibilidade ou escolha, segundo a qual a liberdade é limitada ou condicionada (ABAGNANO, 2003, p. 605-613). No *Dicionário de Filosofia* de J. Ferrater Mora (1986, p. 813-814), a noção de emancipação é associada à noção de libertação afirmando-se que estes termos são utilizados com o mesmo significado, aparecendo a palavra emancipação, predominantemente em textos pedagógicos. No verbete que trata do problema da liberdade, o autor recupera a noção de liberdade entre os romanos, os gregos (especialmente Platão e Aristóteles), os cristãos da Idade Média (em especial em Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e Duns Scot), ou nos modernos (Spinoza, Leibniz, Hobbes, Locke, Voltaire, Kant, Fichte, Schelling, Hegel) permitindo-nos constatar, em síntese, que predomina no pensamento clássico um sentido idealizado de liberdade assentado no direito individual de autodeterminar-se associado a necessidade de superação/harmonização com as barreiras externas a esta autodeterminação (por exemplo, o destino, o desígnio divino, ou as determinações da natureza), culminando em Kant com a possibilidade da liberdade reduzida exclusivamente à esfera da inteligibilidade sendo impossível uma liberdade física da determinação da natureza. No século XIX, com Marx, o debate desloca-se da esfera da subjetividade para a esfera da sociedade e da história (FERRATER MORA, 1986, p. 1733-1743). Por fim, Ferrater Mora (1986) destaca que no debate alemão a expressão *emanzipation* contrapõe-se a *entfremdung* (alienação), desenvolvendo o debate sobre emancipação tal como ele vai aparecer na teoria crítica da Escola de Frankfurt, como “interesse emancipador do conhecimento”.

Considerando-se o indicativo de deslocamento do sentido de emancipação a partir do pensamento de Marx, consideramos também a definição trazida pelo *Dicionário do Pensamento Marxista* editado por Tom Bottomore (2001, p. 123-125), no qual localizamos exclusivamente o conceito de emancipação. Escrito por Steven Lukes, o verbete recupera a perspectiva liberal clássica, para a qual “a liberdade é a ausência de interferência ou, ainda mais especificamente, de coerção” ou impedimento. O autor destaca o sentido restrito desta noção de liberdade própria do liberalismo acentuando que o marxismo filia-se a uma noção mais ampla que coloca a liberdade como autodeterminação, tendendo a ver a liberdade como “eliminação dos obstáculos à emancipação humana” que envolve o projeto de “múltiplo

desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana”. Para o marxismo, os obstáculos para a liberdade encontram-se no próprio processo de produção da existência humana, que, no capitalismo, assume a forma do trabalho estranhado.

Ultrapassando as discussões que reduzem a liberdade/emancipação à esfera exclusiva da subjetividade, desejamos desenvolver a tese marxista que coloca a emancipação humana como conquista histórica da humanidade quando liberta-se da injunção da produção da existência, desenvolvendo forças produtivas que lhe permitem reduzir a injunção da relação com a natureza possibilitando a expansão das potencialidades da espécie (ser universal) e indivíduo (subjetividade). Deslocando-se da perspectiva idealista de uma concepção de liberdade/emancipação abstrata acima dos sujeitos históricos, a obra de Marx e Engels vai tratar dos obstáculos objetivos à emancipação em uma conjuntura histórica muito concreta: o capitalismo do século XIX. O obstáculo à possibilidade de o trabalhador relacionar-se consigo mesmo como um ser universal e por isto livre está na apropriação privada das forças produtivas que permitem a produção da existência (MARX, 1989, p. 155). Esta posição de Marx e Engels frente ao problema da emancipação esta assentada em uma ontologia claramente materialista que explica o ser do homem em perspectiva universal e conjuntural – ambas localizadas na história:

O homem é um ser genérico, não só na medida em que teórica e praticamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto das demais coisas, o seu objeto, mas também – e isto é apenas uma outra expressão para a mesma coisa – na medida em que se relaciona consigo mesmo como com um ser universal e por isso livre.

Tanto no homem quanto no animal a vida do gênero consiste fisicamente em que o homem (tal como o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem é do que o animal, tanto mais universal é o âmbito da natureza inorgânica da qual vive. [...] a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1. Um meio de vida imediato, quanto na medida em que é 2. A matéria, o objeto e o instrumento da sua atividade vital.

Na medida em que o trabalho alienado aliena do homem 1. a natureza e 2. a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital, aliena do homem o gênero; lhe faz da vida do gênero um meio de vida individual. Em primeiro lugar aliena a vida do gênero e a vida individual, e em segundo lugar faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada.

Pois em primeiro lugar o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem só como um meio para satisfazer uma necessidade, a necessidade de manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida do gênero. É a vida engendradora de vida. No tipo de atividade vital jaz o caráter interior de uma espécie, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida.

O animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz de sua atividade vital mesma um objeto do seu querer e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. [...] A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. É precisamente só por isso que ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente por que é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência (MARX, 1989, p. 154-156; MARX, 2004, p. 83-85).

No âmbito da ontologia, o ser universal do homem realiza-se – no sentido de manutenção do ser e da subjetividade – pela atividade vital intencionalmente direcionada a uma finalidade. Esta atividade vital é o trabalho sobre a natureza para adequá-la às necessidades humanas que produz de forma

contraditória e dialética transformações no próprio homem. No âmbito da conjuntura, ou seja, do fazer-se homem que ocorre no capitalismo, a ontologia humana fica reduzida à sua forma mais próxima da animalidade e mais presa às determinações da natureza. A emancipação humana, na obra de Marx e Engels, passa a depender – objetivamente – da superação das cadeias radicais que impedem o desenvolvimento do gênero. Entre os séculos XVIII e XIX, o exercício pleno da atividade vital humana fica obstaculizado por relações de produção que estão caracterizadas pela apropriação privada das forças produtivas e dos meios de existência (classe dos capitalistas) impedindo aos que efetivamente produzem (classe trabalhadora) o acesso pleno à riqueza produzida, incluindo aí a própria humanização.

Tomada esta tese e desenvolvidos seus elementos básicos, trata-se de explicar os nexos entre modo de produção, trabalho, educação e emancipação, de modo a apontar, no chão da história, o ponto de partida para professores do Brasil do século XXI atuarem teleologicamente orientados na direção da contribuição para a superação do problema da emancipação na forma em que ele se apresenta no capitalismo, hoje.

A possibilidade da emancipação a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção

A tradição marxista vai explicar o homem como um ser da natureza que dela se diferencia pela necessidade vital e contínua de atuar sobre a natureza – pelo trabalho (atividade vital humana) – extraindo os objetos necessários à manutenção de sua existência. Neste processo, que se desenvolve a milhares de anos, o homem conhece as propriedades e possibilidades da natureza, transformando-se em ser que realiza atividade consciente direcionada a uma finalidade, ser que antecipa a sua ação sobre a natureza, que age transformando a natureza de acordo com um projeto previamente idealizado. Neste agir orientado por conhecimento previamente acumulado que permite projeto prévio, o homem produz – ao longo da história da humanidade, produzindo e reproduzindo a existência humana – um mundo humano, uma segunda natureza, que necessita continuamente transmitir (pela educação) às futuras gerações (SAVIANI, 2008), para que não se perca a especificidade de gênero, que lhe permite distinguir-se da natureza estabelecendo sua essencialidade como humanidade.

Desta ontologia do gênero, decorre a possibilidade de desenvolvimento de potencialidades individuais que não pairam sobre o ser como determinações naturais, mas como produção histórica coletiva. Sob esta perspectiva, a liberdade, a individualidade, a subjetividade, não são essências prévias do ser, mas possibilidades abertas pelo desenvolvimento das condições objetivas em que o ser se faz ser, superando as determinações da natureza. Ou seja, o desenvolvimento pleno das potencialidades da subjetividade de cada indivíduo depende, na acepção marxista, da garantia das condições objetivas relativas à produção da existência individual e social; depende do desenvolvimento das forças produtivas (meios com os quais o homem potencializa sua ação sobre a natureza garantindo a satisfação das necessidades humanas) e das relações de produção (relações que os homens estabelecem entre si, com a natureza e com os meios de produção que a parti delas produzem). A superação das relações de produção

capitalistas (assentadas na apropriação privada das forças produtivas e dos bens socialmente produzidos) deveria ser obra dos próprios trabalhadores (aqueles que produzem a riqueza e dela estão expropriados) ocorreria orientada pelo princípio que cada um dê conforme suas capacidades e receba conforme as suas necessidades. Na sociedade comunista não existiriam exploração do trabalho (portanto, o trabalho estranhado) nem a carência dos meios de vida. Sob estas condições, cumprida a sua parte no trabalho social, o indivíduo encontraria as condições objetivas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

A emancipação sob a perspectiva objetiva das condições históricas de produção da existência

Mencionamos no início deste texto, em síntese, o sentido idealizado de liberdade assentado no direito individual de autodeterminar-se associado à necessidade de superação/harmonização com as barreiras externas à autodeterminação humana. Para fazer a crítica às concepções de liberdade/emancipação que a definem como uma condição subjetiva dos indivíduos e a negam como condição objetiva e histórica, retomamos o pressuposto marxista de que não é a consciência que determina a existência, mas a existência que determina a consciência. A análise do debate histórico sobre a possibilidade da emancipação deve levar em consideração que a emancipação e o próprio debate histórico estão determinados por relações que os homens estabelecem entre si quando produzem e distribuem as riquezas.

Pontuamos que o desvelamento destas relações só se torna possível quando assumimos as premissas práticas da gnosiologia (que se refere à possibilidade do conhecimento) constatadas na Concepção Materialista e Dialética da História – o Marxismo – quais sejam: (1) que o primeiro ato histórico dos homens é manterem-se vivos; (2) que os homens só podem manter-se vivos, estabelecendo relações entre si e com a natureza mais ampla da qual provêm; (3) que esta relação só se torna possível pelo ato contínuo de agir sobre a natureza, transformando-a de acordo com suas necessidades e passando por transformações a partir desta relação (o trabalho); (4) que esta relação com a natureza (a base natural para a produção da existência) e com os outros homens está sempre em movimento, sendo contraditória, dialética e determinada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em cada momento histórico; (5) que o desenvolvimento das forças produtivas determina a possibilidade real de emancipar classes de homens antes subordinados (portanto, com sua liberdade individual e subjetiva cancelada) à necessidade da produção da existência social, como no caso do escravagismo e do feudalismo, em que as forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas para permitir à humanidade prescindir do escravo e do servo da condição histórica de serem forças produtivas determinante para a produção da existência social.

Sob estes critérios que nos permitem distinguir realidade de fantasia, a explicação para o debate historicamente acumulado sobre liberdade/emancipação remete à necessidade de conhecer as determinações colocadas em cada conjuntura histórica. Estas determinações não estão em outro lugar senão nas próprias relações que os homens produzem entre si e com a natureza no processo de produção

da existência, marcadas, essencialmente, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A definição do sentido de emancipação, presente nos mitos ou na filosofia clássica está determinada pelas disputas no interior de relações entre classes de homens que, necessariamente, ocupam posições diferenciadas dividindo diferenciadamente as tarefas necessárias à produção da existência social, incluindo-se aí o direito de dizer o que é e o que não é emancipação.

Nós, os professores, ao perguntarmo-nos, em perspectiva histórica, de que falamos quando falamos em emancipação, temos que fazê-lo considerando a existência de classes de homens que, colocados na divisão social do trabalho necessário à produção da existência de todos, estão emancipados da injunção da relação necessária com a natureza para a produção da existência individual e social e classes de homens sem direito e esta emancipação objetiva. Estes últimos (escravos, servos), na produção da ideias³ próprias a cada formação social, são desconsiderados em todo o debate sobre o direito e a possibilidade de acesso à liberdade/emancipação. São condenados a subordinar-se a estas relações.

Sob este enfoque aprendemos que a emancipação refere-se necessariamente a uma elaboração abstrata sobre uma condição concreta determinada pela posição que os indivíduos ocupam na ordem social (homens livre e escravos, senhores e servos da gleba); posições que quando assumidas configuram teses divergentes e inconciliáveis sobre quem tem direito à emancipação, o que ela significa e o que dela pode e dever ser feito, demonstrando, finalmente, que a emancipação não é para qualquer direção, mas para uma direção que também é socialmente determinada.

Para a tomada de posição no debate sobre a emancipação é essencial aos professores que reconheçamos (a) que há disputa sobre quem pode ter tempo para elucubrar para a definição do sentido de emancipação; o que pede que reconheçamos (b) quem está disputando os sentidos deste debate, quais os seus interesses e em quais direções nos conduzem quando disseminadas as ideias dominantes. É essencial para os professores que o debate sobre a emancipação seja reconhecido na luta de classes que disputam o tempo e a formação para discutir o problema da emancipação.

A prática social como critério de verdade para a identificação da emancipação

Da prática histórica dos homens, expressa nos pressupostos aqui delimitados, podemos concluir que a emancipação não é um valor universal e consensual, mas um valor histórico e determinado por situações conjunturais que sempre envolveram disputas entre quem deseja a emancipação e quem promove as condições para que este desejo apareça, portanto, quem oprime (por necessidade histórica). Esta é uma tese facilmente defensável à luz da análise do desenvolvimento da história dos homens.

Engels (1995), à luz das pesquisas de Marx e de Morgan, escreve *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Esta obra nos permite demonstrar que opressão e desejo de liberdade não são um produto da vontade imediata ou da iniciativa isolada de indivíduos, mas decorrem de *relações de produção* (escravagismo, feudalismo, capitalismo) necessárias à manutenção da existência de um determinado grupo social. Relações que se desenvolvem de acordo com o *estágio de desenvolvimento das forças produtivas* (enxada, arado, trator, colhedeira – que marcam a transição da produção assentada na força física humana para a

produção assentada na mecânica, na eletrônica e na robótica) que, por sua vez, determinam o lugar que a força de trabalho humana assumirá no processo de trabalho enquanto ato contínuo de produção da existência humana.

Vejam com o próprio Engels, em síntese, explica a tese desenvolvida por ele e por Marx:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro. *Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos* e, por consequência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa. A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em consequência do choque das classes sociais recém formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores não são gentílicas e sim unidades territoriais – uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda história *escrita* até nossos dias (ENGELS, 1995, p. 2-3).

Colocando-se a cada momento histórico com a forma das necessidades dos homens de um determinado tempo, *a emancipação como um problema objetivo* não é algo novo, mas remonta ao mesmo instante em que os homens ultrapassaram a comunidade primitiva de base gentílica, alcançando a divisão do trabalho manual e intelectual e a sociedade organizada em Estado. O problema objetivo da emancipação vem tomando forma no mesmo movimento de transformações das condições nas quais os homens produzem sua existência: a luta das classes em disputa pelo acesso e controle das forças produtivas que garantem a sua existência, na qual uma classe fica subordinada ao domínio e aos interesses de outra, configurando-se a contradição de interesses que *assenta a necessidade como base dos discursos sobre a emancipação*. É fundamental reconhecermos que a necessidade objetiva nem sempre encontra eco nos discursos sobre esta necessidade objetiva, existindo nos discursos disputa de interesses que nem sempre expressam os interesses daqueles que, de fato, objetivamente, carecem emancipar-se.

A opressão, a emancipação como um movimento contraditório à opressão, e as condições para a ruptura dentro de possibilidades históricas, serão produzidas em cada momento, em um movimento contraditório e dialético entre as necessidades das classes sociais que disputam o acesso e o controle das forças produtivas e o grau de desenvolvimento destas forças produtivas e destas relações de produção. Ou seja, opressão e emancipação são relativas às lutas travadas entre as classes que disputam as forças produtivas em cada conjuntura e ao grau de poder que cada uma alcança na correlação de forças.

A necessidade da emancipação aparece no momento em que se instala a opressão, mas a possibilidade de superação da condição de opressão só se configura quando, em um determinado

momento histórico, (1) o aumento da população e a demanda por valores de uso essenciais à manutenção da existência forçam os limites das forças produtivas impulsionando seu desenvolvimento e transformações nas relações de produção; e quando (2) nas relações de produção, as classes em disputa agem organizadas de acordo com seus interesses próprios, enquanto classes para si, pressionando a ordem de relações opressivas vigentes. É no movimento contraditório e dialéticos entre estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da lutas de classes – enquanto um confronto de coletivos muito concretos, que atuam em condições materiais muito definidas, organizados em defesa dos interesses e das condições que garantem a manutenção de sua existência – que instala-se a possibilidade prática da emancipação.

A emancipação como uma tarefa da classe para si

Aníbal Ponce (2007, p. 36) acentuará que a possibilidade de constituir-se como classe para si será determinada pela conquista das horas de ócio, que, possibilitando a reflexão sobre a condição na qual se vive, permite aos membros das classes dominantes constatarem a situação de privilégio, configurarem formulações consistentes sobre seus interesses e elaborarem as condições para a manutenção da condição de classe dominante. Neste movimento, enquanto classe dominante, vão produzir as primeiras formulações sobre as condições para a fruição da liberdade, que – em virtude do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção – incluem a dominação de classe.

Mais ciumenta dos seus bens, por causa da importância dos interesses que deviam defender e pela possibilidade de refletir a respeito desses interesses, mediante o “ócio” que lhe era assegurado pelo trabalho alheio, as classes opressoras adquirem, em relação às oprimidas, *uma consciência mais clara de si próprios*. Em virtude desta maior precisão de propósitos, elas adaptaram bem a sua educação, e a que ministravam aos outros, aos fins que visavam. Para ser eficaz, toda educação imposta pelas classes proprietárias deve cumprir as três finalidades essenciais seguintes: 1º destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga, 2º consolidar e ampliar a sua própria situação de classe dominante, e 3º prevenir uma possível rebelião das classes dominadas. *No plano da educação, a classe dominante opera, assim, em três frentes distintas*, e ainda que cada uma dessas frentes exija uma atenção desigual segundo as épocas, a classe dominante não as esquece nunca. No momento da história humana em que se efetua a transformação da sociedade comunista primitiva em sociedade dividida em classes, a educação tem como fins específicos a luta contra as tradições do comunismo tribal, a inculcação da idéia de que as classes dominantes só pretendem assegurar a vida das dominadas, e a vigilância atenta para extirpar qualquer movimento de protesto dos oprimidos (PONCE, 2007, p. 36).

O ideal pedagógico já não pode ser o mesmo para todos; não só as classes dominantes têm ideais orientados por necessidades muito distintas da classe dominada, como ainda tentam fazer com que a massa laboriosa aceite essa desigualdade de educação como uma desigualdade imposta pela *natureza* das coisas, uma desigualdade, portanto, contra a qual seria loucura rebelar-se (PONCE, 2007, p. 36). É, portanto, no seio da luta de classes em disputa pela posse e controle das forças produtivas que são geradas as teorias sobre como os homens devem ser educados e em qual direção. O desejo e as lutas pela emancipação expandem-se ou encolhe-se de acordo com (a) a pressão exercida pela classe opressora sobre a classe oprimida; (b) a escassez ou abundância no acesso aos valores de uso imediatos necessários à

manutenção da existência; (c) ao grau de organização e poder para a realização das lutas necessárias à superação das relações dominantes no controle das forças produtivas e da distribuição dos valores de uso necessários à manutenção da existência. Nestas condições é que se define a necessidade da emancipação e as disputas pela definição do ideário que orienta os discursos das diferentes classes sobre a emancipação, que diferenciam quem tem o direito à emancipação e quem tem que se conformar na condição em que vive. É esta a base teórica que permite explicar, como, no debate clássico travado entre o período escravocrata e a idade média, a emancipação (ou a liberdade) é uma possibilidade individual e subjetiva de direito do homem livre e do senhor, como aqueles que controlavam as forças produtivas e detinham o poder de controlar as ideias dominantes, conformando as teses que determinam como devem se portar as classes dominadas.

A isto Marx e Engels se referiam quando indicavam os limites da “ideologia alemã”: na crítica que faziam as ideias os ideólogos alemães nunca se perguntavam sobre a realidade que produzia as ideias, portanto, a realidade que impedia de enxergar a própria realidade em uma dada conjuntura histórica. Em analogia, no debate sobre a emancipação, a filosofia clássica idealista põe como problema *subjetivo e individual* o que sempre foi problema *objetivo e social*: a injunção de parte dos homens à condição de força produtiva dominante para a produção da existência social. Tratadas como condição determinada de modo natural ou divino, escravidão e servidão não estão no centro do debate sobre a emancipação presente nos discursos dominantes. O que é posto no centro deste debate é uma possibilidade subjetiva abstraída de materialidade a ser desenvolvida pelos indivíduos em si mesmos. No mesmo lugar o discurso justifica a escravidão e reduz a liberdade/emancipação a uma possibilidade do espírito. Os teóricos da emancipação nunca se perguntam sobre a realidade que produz a ideia de emancipação.

Apenas o salto ontológico e gnosiológico da teoria marxista explica a determinação da produção da existência sobre a produção das ideias, permitindo que argumentemos que os processos de industrialização, a produção dos autômatos (a indústria que se move com a força do vapor de carvão), pela primeira vez na história da humanidade, instalam a condição para a universalização da emancipação e da liberdade. Para o marxismo, o obstáculo à emancipação hoje não é mais a injunção natural e histórica na qual a força de trabalho é força produtiva determinante. O obstáculo à emancipação de toda a humanidade é a existência de uma classe que se apodera de todas as forças produtivas distribuindo desigualmente a riqueza e acumulando o excedente. O problema da emancipação – pela primeira vez na história – assume uma forma superável por uma revolução que planifique o processo produtivo e a distribuição dos bens socialmente produzidos de modo a pedir de cada um conforme sua capacidade e a dar a cada um conforme a sua necessidade. No horizonte, o projeto comunista aparece como a possibilidade de emancipação de todos os homens. Mas este é um projeto executável apenas por uma classe organizada para o atendimento de seus interesses imediatos e históricos (a classe para si) o que pede intelectuais orgânicos filiados à classe organizada para si.

A centralidade da teleologia na ontologia marxista

Sob a ontologia⁴ marxista, é próprio da atividade vital humana realizar atividade direcionada a uma finalidade imediata ou histórica. É a atividade vital direcionada a uma finalidade que nos distingue dos animais, que nos define como gênero avançado, matéria que projeta a própria existência. O marxismo defende que a história da humanidade começa com a tomada de consciência desta possibilidade aberta à humanidade, pela especificidade do gênero do homem: a possibilidade de fazer história depende do reconhecimento de que não fazemos a história como queremos, mas a fazemos de acordo com as condições que nos foram legadas pelo passado. Possuímos capacidade de orientar nossas finalidades para a ação, mas esta capacidade só pode ser plenamente desenvolvida quando conhecemos as condições que nos foram legadas pelo passado. Esta posição defendida pela concepção materialista e dialética da história traz implicações importantíssimas para a formação humana na perspectiva do desenvolvimento das plenas potencialidades humanas. Objetivamente, no século XXI, traz implicações importantíssimas para a formação da classe trabalhadora direcionada à superação das condições históricas nas quais ocorre a subordinação da sua existência aos interesses da acumulação privada, que impedem a sua emancipação. Nossa hipótese é que a burguesia reconhece estas implicações e, a todo custo, tenta garantir o impedimento de sua concretização. A classe trabalhadora e os intelectuais a seu serviço (os professores) têm que reconhecer esta implicação e devem agir, na contramão dos interesses dos capitalistas, em defesa dos interesses dos trabalhadores, para o amplo reconhecimento destas implicações. Mas quais são?

O marxismo defende (a) que os homens fazem a sua história em condições que lhes foram legadas pelo passado; (b) que é possível que os homens conheçam cientificamente como ocorre o movimento da história e quais são estas condições que lhe foram legadas pelo passado; (c) que é possível que o homem aja orientado pelo conhecimento destas condições, de suas tendências e possibilidades abertas, orientado e direcionando sua ação para uma finalidade direcionada ao atendimento dos interesses da preservação da humanidade. Esta premissas da concepção materialista e dialética da história, que fundam o socialismo científico, são premissas essenciais que devem compor a formação daqueles que formam a classe trabalhadora, os professores. Todo o discurso da pós-modernidade assenta-se na negação destas premissas e da necessidade de sua informação à classe trabalhadora. Na contramão dos interesses dos capitalistas, temos que defender uma formação de professores que reconheça que somos orientados por finalidades, reconheçamos ou não a conjuntura histórica ou as matrizes teóricas e ideológicas que orientam nossas ações. Da impossibilidade real da neutralidade nas ações humanas, decorre a clareza da necessidade de agir com finalidade claramente definida, com precisão da finalidade que nos orienta. Os professores devem ser formados com a consciência de que quando abrimos mão de ação direcionada a um fim orientado pelos interesses da categoria e da classe da qual fazemos parte – professores membros da classe trabalhadora – ficamos subordinados à teleologia determinada por terceiros, entregamos a história ao curso dos interesses das classes hegemônicas. Nossas necessidades, nossas ações, ficam subordinadas aos interesses e finalidades de outros que não os nossos. Exercemos atividade estranhada.

Aderimos à ordem hegemônica e ficamos impossibilitados de projetar, a partir das condições objetivas, as ações necessárias (e possíveis) para orientar nossos objetivos coerentes com nossas necessidades vitais.

Uma reflexão sobre a emancipação, ombreada com os professores, deve (a) partir do entendimento de que estes são intelectuais orgânicos que – independente da tomada de consciência desta posição – atendem aos interesses de uma das classes em disputa, devendo adquirir em sua formação os instrumentos para reconhecer a quais interesses estão se alinhando; (b) partir de uma posição partidária clara na luta de classes entre capital e trabalho, em defesa dos interesses da classe trabalhadora; justificada a posição partidária, (c) estabelecer com os professores orientações para a ação nos diversos níveis de ensino com a finalidade de superação daquilo que oprime aos trabalhadores: o modo de produção e distribuição da riqueza próprio do capitalismo. Esta reflexão deve ser feita considerando a finalidade de os professores se reconhecerem como membros da classe trabalhadora que, atuando como classe para si, colocam-se como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora tomando posição – enquanto categoria – sobre a direção de sua atuação que deve alinhar-se à luta pela emancipação da classe trabalhadora do jugo da apropriação privada – pela classe dos capitalistas – da riqueza que toda a humanidade produziu. A tomada de posição dos professores deve estar apoiada sobre uma análise consistente do modo como os homens produzem a sua existência, no modo como os homens produzem e distribuem os bens necessários à manutenção da existência de todos os homens no capitalismo de hoje. A explicação mais avançada foi desenvolvida pela concepção materialista e dialética da história e está na obra *O capital*, o que coloca esta como uma obra central para a formação dos professores.

A especificidade do problema da emancipação no modo de produção capitalista

A expressão da disputa de interesses na definição do que significa a liberdade se concretiza de forma clara na história com a inversão promovida pela revolução burguesa, expressa na *Declaração dos Direitos do Homem*, na qual lêem-se os princípios que vão sustentar o liberalismo subjacente ao projeto revolucionário burguês que funda o modo de produção capitalista. O deslocamento da noção de autodeterminação para a noção de direito universal que se faz na relação com os outros homens aparece com força motriz do processo revolucionário. No “Art. 2º Os direitos naturais e imprescritíveis são: a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade”. No “Art. 6 A liberdade é o poder próprio do homem de fazer tudo aquilo que não conflite com os direitos de outro”, deixando-se claro que “A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique a ninguém”. A liberdade de ir e vir e de acumular está na base do processo revolucionário que almeja superar as relações de servidão e o poder universal da nobreza de atribuir bens e posição social: “O direito à propriedade é o direito assegurado a todo cidadão de gozar e dispor de seus bens, rendas, dos frutos de seu trabalho e de sua indústria como melhor lhe convier”. No lugar dos direitos desiguais entre nobres e servos, “A igualdade consiste na aplicação da mesma lei para todos, quando protege ou quando castiga”. Na inversão da ordem social, “A segurança consiste na proteção conferida pela sociedade a cada um de seus membros para a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de suas propriedades”, sendo tarefa do Estado. “O fim de toda associação

política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem”. “O governo foi instituído para garantir ao homem o gozo de seus direitos naturais e imprescritíveis” (MARX, 1843).

Na revolução burguesa (século XVI às três primeiras décadas do século XIX, com marcos na Inglaterra – século XVII e França – século XIX, expandindo-se por toda a Europa Ocidental), a liberdade jurídica é um requisito central para a liberdade de contrato entre proprietários das forças produtivas e proprietários de força de trabalho. A burguesia revoluciona as forças produtivas promovendo o desenvolvimento da indústria como base produtiva, e necessita revolucionar as relações de produção, superando as relações de servidão pela liberdade de contratação dos vínculos de trabalho para atuar nesta nova base produtiva. Burgueses e trabalhadores clamam pela liberdade de firmar contratos conforme a sua conveniência e não mais conforme os interesses da nobreza. Instalada a sociedade burguesa, a noção de autodeterminação assume a forma da liberdade de contrato e de propriedade. Esta noção de liberdade, entretanto, não atinge ao proletariado que fica expropriado das forças produtivas restando-lhe exclusivamente a posse de sua própria força de trabalho e a possibilidade de comerciá-la com quem lhe convenha. Um novo desafio se coloca para a humanidade, representada, agora, pela classe trabalhadora como a classe sobre a qual recai a necessidade histórica da emancipação: superar os limites para a liberdade colocados pela sociedade burguesa. A emancipação universal dos homens se expressa na emancipação universal do proletariado do jugo da exploração do burguês que acumula o capital a partir do trabalho que não é pago ao trabalhador. O processo revolucionário burguês produz o proletariado como nova classe revolucionária que tem no horizonte, como projeto histórico, a superação do modo capitalista de produção da existência e da burguesia como classe que entrava a emancipação do proletariado. Esta é a tese defendida em *Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels, 1848) que estabelece o Programa Histórico que configura o proletariado para além de classe em si, uma classe que direciona a sua ação para o atendimento dos seus próprios interesses.

Entre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), *O trabalho estranhado* (1844), *A ideologia alemã* (1846), *Manifesto do partido comunista* (1848) e *O capital* (1867)⁵, Marx e Engels – ombreados com a classe trabalhadora – constatam, analisam, explicam e auxiliam na compreensão do obstáculo para a emancipação da classe trabalhadora e na produção de uma possibilidade histórica de superação das condições objetivas que geram o obstáculo: a revolução proletária que emancipará a sociedade inteira do jugo das relações capitalistas assentada na apropriação privada da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

A conjuntura que reconfigura o debate sobre a emancipação colocando o comunismo como projeto histórico

A conjuntura em que vai desenvolver-se a noção de emancipação que vai orientar o projeto histórico comunista como projeto histórico do proletariado, corresponde ao final da Era das Revoluções – 1789-1848 (HOBSBAWM, 1997) e ao início da Era do Capital – 1848-1875 (HOBSBAWM, 1997). Neste período Hobsbawm (1997, p. 127-129) localiza três ondas revolucionárias ocorrendo entre 1815 e 1848:

1ª: 1820-1824, período de movimentos de independência da América Latina em relação à Europa; 2ª: 1829-1834, período marcado pela (a) derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental, (b) o aparecimento da classe operária como força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e (c) dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa; 3ª: 1848, encerra o período de crise no desenvolvimento da nova sociedade que vai de 1830-1848, é a maior onda revolucionária que explode e expande-se para a França, Itália, estados alemães, império dos Habsburgo e Suíça, Espanha, Dinamarca, Romênia, Irlanda, Grécia e Grã-Bretanha).

Segundo Hobsbawm, a Revolução Francesa (1789) havia legado ao mundo *um conjunto de modelos e padrões de sublevação política* que serviam de referência para o planejamento de levantes que ocorrem entre 1815 e 1848 em decorrência de (a) rápidas transformações econômicas, sociais e políticas; (b) descontentamentos econômicos e sociais e contra sistemas políticos inadequados impostos à Europa (p. 130), tornando possíveis a política e a revolução de massas (p. 134), e, a partir 1830, *um movimento revolucionário proletário-socialista passou a existir*. A revolução burguesa, na Alemanha (hostil ao liberalismo), é contida pelos austríacos, atrasando o desenvolvimento político e econômico daquela região, que permanece dividida em pequenos principados, que apenas nos anos 1870 configuram-se como um território nacional claramente delimitado (HOBSBAWM, 1997, p. 132-138).

Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) nascem, crescem e se desenvolvem política e intelectualmente envoltos em um caldo cultural que engloba a influência da revolução francesa em um momento de mudanças rápidas, o aparecimento do proletariado na cena pública, insatisfação social e levantes que se movem orientados pelos embates entre o conservadorismo monárquico, o liberalismo e o nascente socialismo utópico e a insatisfação com uma Alemanha que não acompanha o movimento na Europa. Na conjuntura revolucionária do período, a realidade evidencia os limites das teorias que tentam explicá-la e a urgência de uma teoria revolucionária que permita desvelar os caminhos para a sua superação. Marx e Engels, em condição privilegiada, atendem ao chamado do tempo histórico desenvolvendo, a partir da crítica ao mais avançado, a teoria que vai permitir reconhecer as condições nas quais vive o proletariado demandando uma revolução que atenda a interesses universais da humanidade na forma do atendimento das necessidades conjunturais da classe trabalhadora. O problema da liberdade evidencia-se finalmente como uma questão de luta de classes: os povos despertaram (ROCES, 1982, p. VII).

Luta de classes e emancipação como projeto histórico

Marx e Engels expressam o reconhecimento da condição da classe trabalhadora de seu tempo em obras como *Debates sobre a lei castigando os roubos de lenha* (1842), *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844), *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844, em especial – neste manuscrito – *O trabalho estranhado*), *Manifesto Comunista* (1848), *Grundrisse* (1857-1858), *O capital* (1867-1879), *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880)⁶. No conjunto, o movimento desenvolvido pelos autores vai da constatação da situação da classe trabalhadora ao engajamento em suas

lutas e à projeção da superação desta condição que pede a produção de um horizonte histórico: o comunismo, como fase superior que garante que a humanidade vai, efetivamente, ultrapassar a pré-história e alcançar a história, conhecendo os processos de seu desenvolvimento e planejando as condições objetivas para a concretização do futuro. Da relação do trabalho alienado com a propriedade privada também decorre que a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, assume a forma política de *emancipação dos trabalhadores*; não no sentido de só estar em jogo a emancipação destes, mas por essa emancipação abranger a de toda a humanidade. Pois toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou corolários desta relação (MARX, 1844).

O *Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels, 1848) porta o Programa da Revolução a ser abraçado pelos trabalhadores reunidos como classe para si. O documento é iniciado com a constatação do papel revolucionário cumprido pela burguesia na superação da ordem feudal; com a constatação das imensas transformações e do desenvolvimento promovidos pela burguesia nas forças produtivas e nas relações de produção. A burguesia produz o proletariado como classe antagônica, mas no processo revolucionário os interesses da burguesia aparecem como interesses universais. Passada a revolução, as relações de conflito entre burguesia e proletariado intensificam-se, até evidenciar-se em 1848 a condição de interesses inconciliáveis que vai marcar a história nos últimos 2 séculos: evidencia-se que ao operário, ao proletário, resta como única propriedade sua força de trabalho, e como única liberdade, a de vender sua força de trabalho a fim de manter-se vivo. Mantém o proletariado a noção de liberdade que é de interesse dos burgueses? Não. A liberdade deve assentar-se agora nas necessidades radicais da classe que se apresentam com a possibilidade positiva de emancipação de toda a humanidade “uma classe com cadeias radicais”: o proletariado (MARX, 1844). A emancipação, agora, deve ultrapassar os limites do individualismo burguês e deve assumir o valor universal de “eliminação de todos os obstáculos à emancipação humana” pelo “múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas” e pela “criação de uma forma de associação digna da condição humana” (LUKES apud BOTTOMORE, 2001, p. 124).

Em 1847, em *Luta de Classes e Luta Política*, Marx já precisava a condição objetiva, histórica, que gera esta classe revolucionária e o projeto histórico que com ela é engendrado:

[...] As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, em face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. [...] Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Pra que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga. Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi

a abolição de todos os estados [aqui, estado significa as ordens da sociedade feudal] e de todas as ordens. [...] Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: “O combate ou a morte: a luta sangüinária ou nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta” (MARX, 1847).

A superação desta situação de opressão vivida pela humanidade e expressa na condição da classe trabalhadora do século XIX, pede outra noção de liberdade. Uma noção lastreada na negação do fundamento da opressão da classe trabalhadora – a propriedade privada como base estruturante da legitimidade do poder político burguês e a ideologia liberal como a sua expressão:

[...] Ser capitalista significa ocupar na produção uma posição não só puramente pessoal, mas social. O capital é um produto comunitário e pode apenas ser posto em movimento por uma atividade comum de muitos membros, em última instância apenas pela atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital não é, portanto, um poder pessoal, é um poder social. Se, portanto, o capital é transformado em propriedade comunitária, pertencente a todos os membros da sociedade, a propriedade pessoal não se transforma então em propriedade social. Só se transforma o caráter social da propriedade. Perde o seu caráter de classe (MARX e ENGELS, 1848).

A partir das condições objetivas nas quais vivem os trabalhadores, a serviço dos interesses da classe trabalhadora, ombreados com ela, Marx e Engels sistematizam, à luz do método da ciência história, uma noção de emancipação, de liberdade, que só pode ser conquistada quando ultrapassadas as condições que subjugam toda a humanidade. À luz da pesquisa científica que vai permitir o conhecimento do movimento das transformações nos modos de produção, Marx e Engels estruturam, a pedido da *Liga dos Comunistas*, um programa revolucionário que tem como meta final a emancipação de todos os homens:

Já antes vimos que o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta. O proletariado usará a sua dominação política para arrancar a pouco e pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção na mão do Estado, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção. Naturalmente isto só pode primeiro acontecer por meio de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, através de medidas, portanto, que economicamente parecem insuficientes e insustentáveis mas que no decurso do movimento levam para além de si mesmas e são inevitáveis como meios de revolucionamento de todo o modo de produção. Estas medidas serão naturalmente diversas consoante os diversos países. Para os países mais avançados, contudo, poderão ser aplicadas de um modo bastante geral as seguintes:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego das rendas fundiárias para despesas do Estado.
2. Pesado imposto progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confiscação da propriedade de todos os emigrantes e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, através de um banco nacional com capital de Estado e monopólio exclusivo.
6. Centralização do sistema de transportes nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção, arroteamento e melhoramento dos terrenos de acordo com um plano comunitário.
8. Obrigatoriedade do trabalho para todos, instituição de exércitos industriais, em especial para a agricultura.

9. Unificação da exploração da agricultura e da indústria, atuação com vista à eliminação gradual da diferença entre cidade e campo.

10. Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas na sua forma hodierna. Unificação da educação com a produção material, etc.

Desaparecidas no curso de desenvolvimento as diferenças de classes e concentrada toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perde o carácter político. Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de uma outra. Se o proletariado na luta contra a burguesia necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as velhas relações de produção, então suprime juntamente com estas relações de produção as condições de existência da oposição de classes, as (16*) classes em geral, e, com isto, a sua própria dominação como classe. Para o lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e oposições de classes entra uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 1848).

No projeto emancipatório expresso no *Manifesto do Partido Comunista*, se expressa uma noção de liberdade individual impossível de ser obtida fora das relações sociais que engendram, no livre desenvolvimento de todos, o livre desenvolvimento de cada um. O desenvolvimento da maquinaria é um progresso que pela primeira vez na história da humanidade viabiliza as condições para o fim de todas as carências relativas ao reino da necessidade. Extraídas e liberadas das relações capitalistas de produção, as forças produtivas possibilitarão à humanidade, finalmente, as condições para a emancipação entendida como liberdade concreta para o múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas: *o reino da liberdade*.

Não falamos mais da liberdade individualista burguesa, mas de uma liberdade lastreada na livre associação dos trabalhadores de acordo com o princípio “de cada um conforme sua capacidade a cada um conforme suas necessidades”.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem que fazer o civilizado, sejam quais forem a forma da propriedade e o modo de produção. Acresce, desenvolve-se o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio, só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental para o desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (MARX, s/d, p. 942).

A humanidade desenvolveu as forças produtivas para atingir este projeto histórico de emancipação, e o impedimento do usufruto do tempo livre para uma atividade livre está na apropriação privada das forças produtivas pelas relações capitalistas de produção da existência. Só a tomada das forças produtivas das mãos da burguesia pode viabilizar a distribuição das tarefas necessárias à manutenção do reino das necessidades, e a liberação de todos para a fruição do reino da liberdade. Este é o projeto emancipatório que Marx e Engels põem no horizonte da classe trabalhadora.

Mas...

Se o programa da revolução proletária que levaria à sociedade comunista e à plena emancipação dos homens traçado por Marx e Engels em 1848 indica o caminho, as condições objetivas demonstram que a burguesia não cederia sem guerra: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 19787). A classe trabalhadora encontra-se dispersa. O capital tem sido eficiente em dividir para governar. Tal como aprendeu a incorporar nas máquinas os instrumentos e a ação dos trabalhadores, o capital aprende a dispersar os trabalhadores, a desorganizá-los, a enfraquecê-los como classe, a fazer desaparecer segmentos inteiros de classe com a força da ciência e das invenções de novas forças produtivas. Esta constatação história, entretanto, não nos leva à posição pessimista de negar o movimento e as forças contrárias que a hegemonia do capital põe em movimento. Esta constatação tem a finalidade de precisar o agente histórico (a apropriação privada da riqueza pela classe dos capitalistas) que obstaculiza a possibilidade da emancipação do proletariado para uma vida cheia de sentido, marcada pelo usufruto da possibilidade construída pela humanidade de um tempo livre para uma atividade livre. Nesta direção, 1889, no *Prefácio da 1ª Edição de O capital*, nos diz Marx: “Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que subjetivamente, se julgue acima delas (MARX, 1989, p. 06).

Em *A maquinaria e a indústria moderna*, Marx dirá que a revolução se faz na estrutura, a partir de uma base técnica determinada sobre a qual se ergue um novo modo de produção, que ao atingir determinado estágio de desenvolvimento, proporciona a necessidade de remoção da base técnica antiga para estabelecer nova base adequada às novas demandas de produção. Este movimento faz desaparecer segmentos das classes em disputa pelas forças produtivas, fazendo reaparecer novos segmentos de trabalhadores. As demandas da nova base técnica, propagam-se a outros ramos industriais promovendo o aparecimento de novos segmentos no interior da classe trabalhadora. É preciso explicar o papel destes diferentes segmentos na produção da mais valia (ou no apoio à sua produção), a fim de que voltemos a reconhecer, e para que os próprios trabalhadores se reconheçam, no turbilhão das atuais relações capitalistas de produção da existência, como classe com interesses comuns. Os intelectuais marxistas inseridos nos movimento sociais têm muito trabalho a fazer.

O projeto histórico comunista, que envolve a meta de emancipação humana, não pode ser obra de um único homem. A emancipação do proletariado só pode ser obra do próprio proletariado, e a possibilidade desta emancipação está assentada na união de toda classe trabalhadora em torno de um projeto comum, até que alcancemos um levante mundial que tome em todo mundo as forças produtivas submetendo-as ao plano de “distribuir a cada um conforme a sua necessidade”.

Se, por um lado, a situação de exploração da classe trabalhadora não se transformou. Se o capital continua sendo, em última instância, extração de mais valia sobre o trabalho produtivo, por outro, as

relações de produção estão mais complexas exigindo dos trabalhadores e dos intelectuais a seu serviço, a tarefa de analisar o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção de modo a retomar o trilho do projeto histórico comunista.

Esta tarefa inclui (1) a análise minuciosa das estratégias que a burguesia vem desenvolvendo nos últimos 160 anos – no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção – para expropriar, dividir e governar a classe trabalhadora, iludindo-nos e cooptando-nos pelos mais diversos processos, convencendo-nos de que o nosso horizonte de emancipação é o consumo desenfreado dos mais variados bens e serviços, endividando-nos para adquirir os bens que pela divisão social do trabalho, produzimos; (2) somada à retomada do horizonte de emancipação que devolve à classe trabalhadora o que ela produziu. E a retomada deste horizonte demanda trabalho educativo de igual monta ao que é empreendido pela burguesia para nos ludibriar. Trata-se, portanto, da tomada dos instrumentos, dos espaços, dos meios de educação da classe trabalhadora, e isto não se faz sem intenção direcionada a uma finalidade revolucionária.

No amplo debate que se trava hoje sobre as condições objetivas para a emancipação humana e a necessidade de uma posição mais avançada no âmbito das revoluções e menos das reformas, temos que dizer que as políticas assistenciais desenvolvidas pelos governos Lula e Dilma possibilitam que 17 milhões de trabalhadores classificados como muito pobres permaneçam vivos e aptos para lutar pela manutenção de sua existência e por um outro projeto de existência, mas não garantem as condições para ações na direção das transformações revolucionárias necessárias para que ponhamos em bases concretas a – hoje – tão cantada emancipação humana. Podemos provocar perguntando qual referência de emancipação que têm hoje as entidades responsáveis pela organização da classe trabalhadora os sindicatos e partidos de esquerda? Qual a referência de emancipação estão estas entidades colocando nos horizontes da classe trabalhadora? A felicidade no reino dos céus e a vida de sacrifícios, submissão e violência na Terra, como o avanço dos misticismos tem apontado? Qual projeto de emancipação colocar no horizonte dos trabalhadores que estão sendo mantidos vivos e incluídos no modo capitalista de produção? Defendemos que o projeto comunista, o socialismo científico, ainda é a referência mais avançada de relações sociais assentadas na distribuição igualitária dos bens que a classe trabalhadora (representante histórica dos antigos servos e escravos) tem produzido ao longo da história da humanidade.

Implicações para a formação de professores

Atuando em uma instituição de ensino superior pública no processo de formação e professores, venho me deparando com a tendência a responsabilizar cada vez mais aos professores pelo sucesso/insucesso das metas que são estabelecidas para a escola – em seus diferentes níveis – pelos diferentes segmentos da sociedade que disputam a hegemonia pela direção dos rumos da educação. Esta tendência captura aos próprios professores que entre si culpabilizam-se, sabotam-se. As condições de formação e trabalho dos professores hoje são o produto de uma política de desqualificação da classe trabalhadora, de barateamento da força de trabalho. Por esta razão é essencial que retomemos o projeto

histórico que coloca no horizonte da classe trabalhadora – no seio da qual encontram-se os professores – o projeto factível da emancipação humana. E sabemos que isto não se faz por saltos, mas a partir de condições já existentes.

Se não há dúvida entre nós quanto ao fato de sermos os responsáveis pela educação, há entre nós certezas sobre qual emancipação desejamos propor aos filhos da classe trabalhadora que freqüentam a educação básica na rede pública? Há entre nós convicção de que devemos estabelecer uma aliança de sobrevivência, que envolve a construção de outra hegemonia assentada no fim da divisão social do trabalho que distribui desigualmente os bens socialmente produzidos (de comer, de beber, de vestir, de habitar, de transportar, de apropriar a cultura – os instrumentos e o tempo)? No fim da sociedade de classes? No fim da apropriação privada dos bens socialmente necessários à produção da vida e de todos os bens que esta produção gera, incluindo aí a emancipação?

A depender da posição que venhamos a assumir, considerando as condições objetivas determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas nas quais vivemos, passo a perguntar: considerando as condições objetivas que configuram o modo capitalista de produção da existência, quais as possibilidades de ação abertas aos professores que atuam na educação básica e no ensino superior no âmbito da política e da emancipação humana? Ou seja, quais são as possibilidades e os limites da ação dos professores da educação básica e do ensino superior frente a um mundo que recebemos já determinado? Quais são as possibilidades de, pela educação, viabilizarmos a emancipação humana? Como “educação” é a denominação genérica de uma prática que inclui a ação dos professores, pergunto até que ponto a ação dos professores pode possibilitar a emancipação humana?

Obviamente, responder a todas estas perguntas pede de nós que tomemos uma posição primeira sobre o projeto de “emancipação humana” que vamos abraçar: (1) o projeto liberal, do qual não escapam o projeto social-democrata e o projeto neoliberal, que abre aos trabalhadores a inclusão no consumo em suaves parcelas mensais a juros, garantindo aos trabalhadores o lixo cultural, a ausência do direito de acesso ao que a humanidade produziu de mais avançado no âmbito da alimentação, do vestuário, da habitação, dos transportes, das ciências e das artes? (2) Ou o projeto que aponta a emancipação como pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, e propõe que sobre a igualdade de direitos e deveres no âmbito do reino da necessidade, da produção dos bens necessários à manutenção da existência de todos – vai estabelecer-se a liberdade, enquanto tempo livre para uma atividade livre? E aqui, não se trata da postura deste ou daquele indivíduo, mas de um alinhamento, na condição de intelectuais orgânicos, à classe a qual pertencemos como trabalhadores expropriados das forças produtivas, dos meios de manutenção de nossa existência, à única classe que por ser a base da acumulação do capital (pela extração de mais valia) configura-se como classe revolucionária.

Começando a responder as questões que levantamos, podemos afirmar com certeza que a emancipação projetada pelos homens em luta de classes desde o século XVIII não é possível de ser atingida exclusivamente pela educação e pela atuação individual dos professores. Cumprida a revolução, o

projeto emancipatório cuja responsabilidade pela sistematização coube a Marx e Engels conta com a educação, mas não pode ser atingido exclusivamente por ela, fora do projeto revolucionário. São contundentes os estudos que evidenciam o papel de sustentação que a escola presta ao capitalismo, tais como os trabalhos de Althusser, Bourdieu Passeron, Baudelot-Establet, Illich, Ponce. Mas, alertam Snyders e Saviani, que tais estudos não nos devem levar ao imobilismo, à negação da luta de classes, da dialética, da contradição, das possibilidades abertas à escola enquanto espaço privilegiado de educação no sentido de construção de uma consciência de classe para si que depende, essencialmente, do ensino da ciência na perspectiva da concepção materialista e dialética da história.

Trata-se, nas palavras de Snyders (1981), de compreender como a escola participa na luta de classes. De não perder de vista que:

[...] o capitalismo é o mundo da exploração, mas esse mundo nunca é uma propriedade exclusiva, lugar seguro e aprazível da classe dominante; esta não deixa de esbarrar com as forças de oposição – pois ela própria as suscita. Dirá Marx que todo o desenvolvimento do capitalismo se processa de maneira antagônica... sob uma forma contraditória. E que é pelo desenvolvimento histórico dos antagonismos imanentes, que a etapa ulterior, a etapa superior será atingida. [...] o proletariado tem de contribuir com um esforço imenso para ultrapassar as suas próprias divisões, concentrar-se numa força única, escapar às mistificações das ideologias dominantes; de onde se deduz que a vanguarda da classe operária, os sindicatos e o partido desempenham um papel insubstituível: fazer jorrar das massas esta verdade combativa de que são portadores, mas que tantos riscos corre de ser sufocada, dispersada, esmigalhada, contrariada. [...] (Trata-se de) tomar a escola como local de contradições dialéticas (SNYDERS, 1981, p. 18-19).

Quais são as possibilidades da ação da escola e dos professores no processo de emancipação dos homens?

Sabendo que o projeto emancipatório burguês não ultrapassa a esfera dos direitos políticos, da cidadania, de reformas frágeis – que vivem à mercê das crises, agora, estruturais do capitalismo, ou dos momentos nos quais a classe trabalhadora não consegue organizar-se com poder de combate, e a burguesia assoma soberana, esmagadora, hegemônica na posse das forças produtivas e dos bens socialmente produzidos, e do direito de eliminar direitos aos trabalhadores – os professores não podem mais iludir-se com os super-poderes que teriam agindo isoladamente no interior da escola, orientados por difusas e interessadas pedagogias do aprender a aprender.

A categoria de professores tem uma das formas de trabalho mais degradadas no século XX, uma degradação que envolveu sobrecarga de jornada de trabalho, desqualificação profissional e aviltamento dos salários essenciais para a manutenção da sua existência física como homens e trabalhadores da educação. Isto não ocorre por acaso. A burguesia não estende ao conjunto dos trabalhadores os direitos burgueses, porque a meta burguesa não é a emancipação da classe trabalhadora. A educação plena, de qualidade é um dos direitos que os burgueses atribuem aos seus filhos, mas temem que a classe trabalhadora alcance. A degradação da formação dos professores recai diretamente sobre a classe trabalhadora ao não garantir aos trabalhadores o acesso às ciências e às artes. Em uma conjuntura que empurra para a escola as pedagogias do “aprender a aprender” (e com elas a negação da razão, da ciência, da história); no contexto da fragilização da formação dos professores, os professores – que atendem diariamente à classe trabalhadora

no interior das escolas – na atual conjuntura, não podem esquecer – com Saviani – que a tarefa histórica da educação é “reproduzir em cada indivíduo singular a humanidade”, e que sem a educação universal a humanidade fica impedida. Não podem esquecer – com Saviani – a educação como “uma exigência do e para o processo de trabalho”, sem a qual os homens estariam condenados a começar sempre de novo, e jamais atingiriam o atual e os futuros estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Isto por que, o trabalho, atividade vital do homem – pela qual transforma a natureza adequando-a às suas necessidades e transforma a si mesmo – depende da antecipação da ação na mente. E esta representação só se torna possível porque o homem (trabalhou) explorou, pesquisou, conheceu e armazenou conhecimentos sobre o mundo real (a natureza), retransmitindo estes conhecimentos para as gerações seguintes que os apropriam, experimentam, aprimoram e registram transmitindo para adiante. Cabe aos professores (a) identificar os elementos que precisam ser assimilados pelos homens para que eles se tornem humanos e (b) as formas mais adequadas para garantir a transmissão destes conhecimentos às futuras gerações. É uma tarefa muito especial e de extrema relevância! Uma classe trabalhadora que não apropria o desenvolvimento das ciências e das técnicas, não pode cumprir o processo revolucionário de fazer avançar as forças produtivas, de reconhecerem-se como os produtores, em última instância, das forças produtivas – incluindo aí o próprio conhecimento. Nestas condições, os trabalhadores ficam impedidos de reivindicar mais que migalhas: a superação do capitalismo como modo de produção da existência.

É nesta perspectiva que o projeto de Licenciatura plena em Educação Física, de caráter ampliado (em contraposição a perspectiva da divisão da formação) em desenvolvimento na Universidade Federal da Bahia, advoga que, na formação de professores, as premissas teóricas não podem ser separadas das premissas programáticas.

Considerações Finais

Para finalizar, temos claro que o processo educativo da escola burguesa esvazia a formação dos professores que serão colocados a serviço da formação dos trabalhadores. Isto é muito grave! Mas não pode ser diferente sob a ordem do capital. Não pode ser resolvido com o empenho individual de cada um! Em uma conjuntura revolucionária, movem-se projetos de contenção e de reforma. O papel possível da escola e dos professores hoje é garantir às futuras gerações da classe trabalhadora – no interior da escola enquanto um sistema de formação humana que temos que fazer avançar enquanto força produtiva (na medida em que garante o acesso às ciências e às técnicas) – o acesso ao conhecimento científico enquanto saber sistematizado. Na contramão dos interesses da burguesia – que das mais variadas formas, pelas mais variadas políticas, precarizam a formação dos professores, por que não têm interesse na formação de qualidade da classe trabalhadora – nós temos que fortalecer a escola como o espaço ao qual boa parte da classe trabalhadora tem acesso, e que tem que ser eficiente no processo de produção de contra-hegemonia. Temos que estabelecer como horizonte a organização dos professores como classe para si, com horizonte revolucionário, o horizonte da emancipação humana que atende aos interesses históricos da classe

trabalhadora, (1) organizados como classe; (2) reconhecendo-nos como membros da classe trabalhadora; (3) agindo como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, ombreados com ela e a seu serviço.

O projeto de emancipação da classe trabalhadora não pode se reduzir às reformas no seio do capitalismo. O projeto de emancipação da classe trabalhadora envolve a superação das condições de produção da existência postas no capitalismo, com a revolução, com a tomada das forças produtivas. Reconhecemos as demandas imediatas, mediatas, mas não podemos perder a perspectiva histórica. O sindicato tem um papel central na organização da categoria dos professores como um segmento da classe trabalhadora, um segmento crucial, se resolver colocar-se a serviço das lutas históricas dos trabalhadores vendo como horizonte histórico a emancipação. Mas, não podemos esquecer, para além das burocracias que se perdem na ordem, a emancipação da classe trabalhadora só pode ser obra dos próprios trabalhadores. Professores uni-vos aos trabalhadores de todo o mundo rumo à revolução que promoverá, finalmente, a emancipação humana das verdadeiras condições que oprimem a parcela da humanidade que clama por emancipação: a classe que produz o capital, a classe trabalhadora.

Referências:

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DUARTE, N. Por que é necessário uma análise crítica marxista do construtivismo? In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. *Marxismo e educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FERRATER MORA, J. *Dicionário de filosofia*. Tomos II e III. São Paulo: Loyola, 1986.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- HOBBSAWM, E. *A era das revoluções – 1789-1848*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LOMBARDI, J. C. *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*. 2010. 377p. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MARX, K. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, K. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. *Luta de classes e luta política*. 1847. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- MARX, K. *A questão judaica*. 1843. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- MARX, K. Prefácio. In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. 1859. Disponível in: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 1843-1844. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/index.htm>>. Acesso em: 29 set. 2013.

- MARX, K. *O trabalho alienado*. 1843-1844. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- MARX, K. O trabalho alienado. In: FERNANDES, F. *Marx e Engels: História*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 146-181.
- MARX, K. *Trabalho estranhado e propriedade privada*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d, 942.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Crítica da educação e do ensino*. Tradução Ana Maria Rabaça. Lisboa: Editora Moraes: 1978.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 1848 Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap2.htm>>. Acesso: 29 set. 2013.
- PONCE, A. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ROCES, W. Prólogo. In: *Carlos Marx: escritos de juventude*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. VII-XXVII.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SNYDERS, G. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes, 1981.

Notas:

¹ O artigo desenvolve apontamentos iniciais expostos durante XV edição da Conferência Regional de Educação, com o tema “Educação, Política e Luta de Classes”, na mesa “Educação, Política e Emancipação Humana”. Cascavel, 05 e 06 de novembro de 2010. Escrito entre maio de 2010 e agosto de 2013.

² Professora Adjunto I da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: elza.peixoto@yahoo.com.br.

³ Em “A mercadoria”, expondo a forma do valor, ou o valor-de-troca, Marx pontuará (1) que Aristóteles foi o primeiro grande pesquisador que analisou a forma do valor; (2) que Aristóteles reconheceu que “a troca não pode existir sem igualdade, nem a igualdade sem a comensurabilidade”. Aristóteles não prossegue no desenvolvimento da teoria do valor por não poder produzir o conceito de valor. Tomo a liberdade de transcrever toda a passagem tal como aparece em “O Capital” (Livro 1, Volume I, 1989, p. 67-68), visto o papel que cumpre esta passagem o entendimento dos limites históricos que determinaram a escravidão.

As duas propriedades da forma equivalente ficam ainda mais compreensíveis, se voltarmos ao grande pesquisador que primeiro analisou a forma do valor, além de muitas formas do pensamento, da sociedade e da natureza: Aristóteles. De início, exprime ele, claramente, que a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura ulteriormente desenvolvida da forma simples do valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra qualquer, dizendo: “5 camas = 1 casa” “não se distingue” de “5 camas = tanto de dinheiro”. Reconhecer ele, ainda, que a relação de valor, existente nessa expressão, determina que a casa seja qualitativamente igualada à cama e que sem essa equalização, não poderiam coisas de aparência tão diversa ser comparadas com grandezas comensuráveis. “A troca”, diz ele (Aristóteles), “não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade sem a comensurabilidade”. Estaca nesse ponto, desistindo de prosseguir na análise da forma do valor. “É, porém, verdadeiramente impossível que coisas tão diversas sejam comensuráveis”, isto é, qualitativamente iguais. Essa equalização tem de ser algo estranho à verdadeira natureza das coisas, portanto, um simples “expediente para atender às necessidades práticas”. O próprio Aristóteles nos diz, assim, o que lhe impede prosseguir na análise: a ausência do conceito de valor. Que é o igual, a substância comum que a casa representa perante a cama na expressão do valor da cama? Tal coisa “não pode, em verdade, existir”, diz Aristóteles. Por que? A casa representa perante a cama uma coisa que a iguala à cama, desde que represente o que é igual em ambas. O trabalho humano. Aristóteles, porém, não podia descobrir, partindo da forma do valor, que todos os trabalhos são expressos, na forma dos valores das mercadorias, como um só e mesmo trabalho humano, como trabalho de igual qualidade. É que a sociedade grega repousava sobre a escravatura, tendo, por fundamento, a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho. Ao adquirir a idéia de igualdade humana a consistência de uma convicção popular, é que se pode decifrar o segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, por que são e enquanto são trabalho humano em geral. E mais, essa descoberta só é possível numa sociedade em que a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, e, em consequência, a relação dos homens entre si como

possuidores de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles resplandece justamente na sua descoberta da relação de igualdade, existente na expressão do valor das mercadorias. Somente as *limitações históricas da sociedade em que viveu impediram-no de descobrir em que consistia, verdadeiramente, essa relação de igualdade* (MARX, 1989, p. 67-68).

Qual seria a noção de liberdade/emancipação dos escravos que sustentaram esta liberdade para autodeterminar-se? A liberdade, claramente, nesta situação, envolve a superação da condição de escravo e das relações escravocratas. Mas, as condições objetivas para esta libertação dos escravos não estavam postas. E quais seriam estas condições objetivas? Expondo a avidez dos capitalistas por mais trabalho (mais valia), Marx fará referência ao que Aristóteles imaginava ser a solução para a escravidão, na forma de ferramentas que se movem por si:

“Se as ferramentas”, sonhava Aristóteles, o maior pensador da antiguidade, “atendendo às nossas ordens e aos nossos desejos, pudessem executar as tarefas para que foram feitas, com os engenhos de Dédalo que se movimentam por si mesmos, ou as tripodes de Vulcano que se punham a executar espontaneamente seu trabalho sagrado, se as lançadeiras do tecelão tecessem sozinhas, o mestre de ofício não precisaria de auxiliares, nem os senhores, de escravo”. E Antípoda, um poeta grego do tempo de Cícero, saúda a invenção do moinho de água para moer o trigo, forma elementar de toda maquinaria produtiva, como a aurora libertadora das escravas e restauradora da idade do ouro. [...] Desculpavam, talvez, a escravatura de uns para desculpar o pleno desenvolvimento humano de outros (MARX, 1989, p. 465). Aristóteles e Cícero não podiam imaginar que a maquinaria viesse a ser, no século XIX, o “meio mais eficiente de prolongar a jornada de trabalho” (MARX, 1989, p. 465).

⁴ O que é o ser, no sentido do que é próprio do ser, no sentido de “natureza própria de alguma coisa”, como essência da realidade, daquilo que existe (LOMBARDI, 2010).

⁵ As obras referidas nesta passagem estão citadas conforme as datas de publicação original descritas em Marxista Internet Archives (Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm>) e no Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 2001).

⁶ As obras referidas nesta passagem estão citadas conforme as datas de publicação original descritas em Marxista Internet Archives (Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm>) e no *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 2001).

⁷ *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, publicado por Marx em 1852.

Recebido em: 03/2013

Publicado em: 10/2013.